



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

Nº 28/2011

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 16 de Junho de 2011

Moção

Em defesa dos serviços públicos

A democracia portuguesa que emergiu do 25 de Abril de 74 constituiu-se pela progressiva afirmação dos direitos políticos, sociais e económicos. O momento constituinte do regime democrático, com aprovação da Constituição da República, afirmou um papel relevante ao Estado e aos poderes públicos na promoção e garantia desses direitos.

Os serviços públicos criados na educação, na segurança social ou na saúde garantem não apenas a satisfação de necessidades essenciais dos cidadãos como constituem um pilar do próprio regime democrático.

A privatização selvagem pré anunciada pelos signatários do acordo da troika e reafirmada pelo actual primeiro-ministro indigitado atingindo a generalidade dos serviços públicos, como os transportes, água, CGD, RTP, educação, saúde e energia ameaça atingir os alicerces do próprio regime democrático.

A venda de participações do Estado em empresas públicas estratégicas ou rentáveis como os CTT, a EDP ou a TAP constitui um erro económico - político colossal, não apenas porque não altera substantivamente a dívida soberana, como assegura ao Estado uma perda económica relevante a médio e longo prazo.

Após a crise brutal de 2008 com origem nas economias alicerçadas no dinamismo dos mercados e na política do Estado mínimo como os EUA, a Irlanda ou Inglaterra, depois de sofrermos as consequências do neo-liberalismo e da especulação financeira com a falência de Bancos, Países, desemprego e pobreza, eis que a receita pré-anunciada para a solução dos nossos problemas, passa precisamente pela criação das condições económicas que estiveram na origem desta crise.

A Assembleia Municipal do Barreiro, reunida em 16 de Junho de 2011

-saúda o papel dos serviços públicos na qualidade de vida da população e afirmação da democracia, recusando a privatização de sectores estratégicos da economia, como a CGD, as Águas, os transportes, os CTT, energia, a saúde, educação e segurança social.

Aprovada por maioria com 21 votos a favor da CDU e do BE, 3 votos contra do PSD e 10 Abstenções do PS

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico Pereira